

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 550.196 - SP (2019/0365057-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : GIOVANI APARECIDO DOS SANTOS FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : RENATO VIEIRA DE MAGALHAES NETO - SP0399407
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** de decisão na qual concedi a ordem de ofício "para revogar a prisão preventiva imposta ao paciente mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a critério do Juízo de primeiro grau".

O agravante sustenta que "Vê-se, *in casu*, a necessidade da manutenção da custódia do Paciente, para garantia da ordem pública, pois o Juízo de piso baseou-se em elementos concretos, que demonstra a necessidade da custódia, ressaltando que 'considerando os depoimentos dos policiais hoje ouvidos, dando conta de que Giovani é traficante habitual, em companhia de Jessé Rodrigues dos Santos Júnior, fotografado na posse de cerca R\$ 1.600,00 (segundo o PM Franco) ou R\$ 1.800,00 (segundo o PM Lopes)".

Pleiteia a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do feito ao colegiado para que seja reformada a decisão monocrática, decidindo-se pela não concessão da ordem de *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

O agravo regimental perdeu seu objeto.

Conforme informações trazidas aos autos (fls. 117-119), antes mesmo do julgamento realizado por esta Corte, já havia sido concedida a liberdade provisória ao paciente, pelo Juiz sentenciante:

"Em que pese o julgamento da Instância Superior (fls.350/355), este Juízo já havia determinado a soltura do réu - fls. 337, inclusive com alvará de soltura já cumprido - fls.344/348. Contudo, para evitar eventual pedido de informação da E. Corte, com relação à soltura, oficie-se àquele colegiado, comunicando-se a soltura do réu."

Desse modo, encontra-se superada a pretensão de reforma da decisão monocrática anteriormente proferida.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o agravo regimental.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator